



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

23 DE JUNHO DE 1978.

IMPROVISO, NO PALÁCIO DO PLANALTO, NA OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO, PELA ARENA, DO PROJETO DE REFORMAS POLÍTICAS.

Meus senhores, esta reunião que aqui se realiza com a presença do Diretório e de membros relevantes da Aliança Renovadora Nacional, é de extraordinária importância política seja pela natureza do documento que acabam de me entregar, por intermédio do Presidente do Partido, ilustre Deputado Francelino Pereira — documento que representa passo de extraordinário valor no aprimoramento de nossas instituições políticas — seja porque esta reunião comprova, mais uma vez, a identidade que existe entre o Partido da Revolução e o Governo, identidade de propósitos que tem permitido até agora ao Governo realizar, com extraordinário proveito, a sua obra em todos os setores da vida nacional. Esta identidade é de real importância, porque, Partido e Governo caminhando juntos, podem realizar aquilo que o Brasil deseja, como, agora, este projeto de reforma constitucional.

Como bem disse o Presidente da ARENA, desde o início de meu Governo, ou mesmo antes, quando fui escolhido pela Convenção do Partido como seu candidato à Presidência da República, manifestei-me pela necessidade de assegurarmos o desenvolvimento político da Nação, ao lado do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento social, compreendendo esta expressão «desenvolvimento» o seu sen-

tido integral. Desde então, temo-nos esforçado para que se realizasse este desenvolvimento. E creio que, embora muitos não pensem assim, realizamos tarefa importante.

Aí estão as eleições de 1974 e de 1976, que se efetuaram com plena liberdade de expressão e de pensamento, com voto livre, e nas quais a ARENA conseguiu sagrar-se vencedora, sobretudo na eleição de 1976. Foram eleições municipais em que a grande maioria dos municípios tiveram como dirigentes eleitos aqueles que integravam os quadros do nosso Partido.

Está aí também a liberdade que se assegurou à Imprensa — jornais e revistas — o que permitiu um debate amplo em todos os setores e, mais particularmente, no campo político. Vale dizer que foi amplo e praticamente sem restrições.

Foram muitos os pronunciamentos que fiz, em várias oportunidades, sobre esta matéria. Não cabe recordá-los, aqui. Creio que estão aí, em documentos já públicos, notórios, conhecidos de todos. Mas, julgo importante reproduzir aqui a essência de meu discurso proferido perante o Diretório Nacional e os Diretórios Regionais da ARENA, no dia 1º de dezembro do ano passado, no Palácio da Alvorada.

Nessa ocasião, eu dizia: «O momento político em que vivemos está em franca evolução — as perspectivas se diversificam e se tornam mais amplas e as conseqüências, por certo, serão de natureza e relevo diferentes. É que muito outro é este Brasil, quando as realizações alcançadas pela Revolução e

o promissor panorama nacional geram novas esperanças e estimulam à imaginação. Não há dúvida, presentemente, quanto às aspirações de muitos, sobretudo nos setores mais esclarecidos e afirmativos da Nação, no sentido de aprimorar a institucionalização dos ideais democráticos que, há 13 anos, com o mais caloroso e indiscutível apoio de todas as camadas populares, inspiraram o Movimento de 64. Para tanto, cogitou-se de pôr um termo às leis de exceção, necessárias em algumas fases de nossa transição revolucionária, mas que, com a evolução pacífica da vida nacional, já se podem tornar dispensáveis, substituindo-as por adequadas salvaguardas constitucionais, que permitam garantir a manutenção e o melhor funcionamento do regime democrático e a ordem.»

Estas mesmas expressões repeti, depois, numa alocução que fiz em 31 de março deste ano, quando comemorávamos conjuntamente o aniversário da Revolução. Referi-me, também, a esta matéria na Mensagem que dirigi ao Congresso, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa deste ano, quando me referia a perspectivas ambientes condicionantes que se criaram favoráveis ao progresso que se pretende alcançar, a partir deste último ano de meu Governo, em termos de institucionalização dos ideais da Revolução de 1964: democratização e liberalização maiores dos costumes políticos, maior grau de participação das comunidades nas decisões político-partidárias e do Estado.

Conseqüentemente, temos agora um projeto de reforma, através de uma emenda constitucional.

Este projeto elimina da nossa legislação os atos de exceção, tanto os atos institucionais como os atos complementares em tudo aquilo em que eles contrariarem outros dispositivos da Constituição. Daí decorrem essencialmente os seguintes fatos: em primeiro lugar, o restabelecimento das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos na Magistratura: o restabelecimento do instituto do *habeas corpus* em casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social; a extinção, entre outras, da competência atribuída ao Presidente da República para decretar o recesso de órgãos legislativos e, em consequência, de o Poder Executivo correspondente legislar em todas as matérias; decretar a intervenção nos Estados e Municípios sem as limitações previstas na Constituição; decretar e prorrogar o Estado de Sítio sem a aprovação do Congresso Nacional; suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos e cassar mandatos eletivos; banir brasileiros; demitir, remover, aposentar, pôr em disponibilidade membros da Magistratura, funcionários públicos e de empresas governamentais; demitir, transferir para a Reserva ou reformar militares e policiais militares. Mas, além da extinção destes atos de exceção, o projeto de reforma inclui outros dispositivos. Preocupa-se em dar melhor definição que assegure a inviolabilidade dos membros do Poder Legislativo no exercício de suas funções.

Preocupa-se com a organização e funcionamento dos Partidos, possibilitando, em condições mais

fáceis, a criação de novos partidos, sem, entretanto, incorrer no grave inconveniente de permitir a proliferação de partidos pequenos, inexpressivos, cujos inconvenientes à nossa experiência passada tornou patente. Cria também — e isto, no meu modo de ver, é uma condição essencial — medidas que assegurem ao Estado condições para sua defesa e da sociedade. Ao lado da manutenção do tradicional Estado de Sítio, que figurou em todas as nossas Constituições republicanas, ele prevê outras situações, como sejam aquelas em que se podem adotar medidas de emergência, ou decretar o estado de emergência para, prontamente, enfrentar situações que venham a perturbar a ordem e a paz social ou que venham a impedir a eclosão de guerra ou de ações subversivas.

Além disso, imagina-se que, em complemento a essa emenda constitucional, se adotem outras medidas decorrentes, modificando a nossa legislação para torná-la compatível com o Projeto de Emenda, e aí destaco como importante a revisão da lei que regula e trata dos crimes contra a segurança nacional. A elaboração do Projeto foi feita, de certa forma, sob a inspiração do Governo, em conjugação com a ARENA. Vali-me, para tanto, do auxílio, da capacidade e da operosidade do ilustre Senador Petrônio Portella. Pedi-lhe que tomasse a si o problema, auscultando os diferentes setores da opinião brasileira, auscultando as forças vivas da Nação, ouvindo personalidades eminentes que se destacaram pelo saber e pela experiência e que pudessem trazer sua contribuição valiosa para a elaboração da Emenda.

Foram meses de trabalho, em que o ilustre Senador se mostrou incansável, trabalhou com persistência, enfrentando, naturalmente, opiniões divergentes, procurando fórmulas conciliatórias, debatendo inúmeras vezes o problema, inclusive comigo, mas, também, no seio do Partido, e prestando ao Partido da Oposição informações a respeito, chegando agora, finalmente, à conclusão de sua tarefa meritória, que está consubstanciada neste Projeto, que acabam de me entregar. Mas este Projeto, antes de ser enviado ao Poder Legislativo, ainda vai depender de medidas complementares. Terei de tomar diferentes providências para que ele possa, no mais breve prazo, ser enviado ao Poder Legislativo. Empenhar-me-ei nesse sentido, a começar de hoje, quando vou reunir o Conselho de Segurança Nacional que terá de opinar a respeito.

O Projeto em si não tem a pretensão de ser perfeito. É preferível termos um projeto bom, que possa ser aprovado com oportunidade, do que nós nos delongarmos, à procura de uma solução ótima, que talvez nunca consigamos atingir. Nem pretende o Projeto ser exaustivo. É possível que além dele muita coisa ainda se possa ou se deva fazer. Ele representa, de fato, o encerramento de um primeiro ciclo de reformas que meu Governo se propôs a fazer. Sem dúvida, ele terá continuidade na ação futura do Governo, do Governo do ilustre Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo. Ele sofrerá, certamente, inúmeras críticas. Críticas, que, aliás, já se manifestaram e que continuarão a se manifestar. Haverá as críticas

daqueles que querem mais, que julgam o projeto insuficiente. Querem mais, mas vivendo no irrealismo, procurando soluções abstratas, sem levar em conta as condições próprias em que o país vive — econômicas, sociais e políticas.

Haverá aqueles que querem menos, que terão receio que essas reformas façam com que o País retorne ao passado condenado. Mas esses se esquecem de que o nosso povo já amadureceu, que as nossas instituições já têm maior solidez e que as Forças Armadas estão unidas e coesas e nunca permitirão que voltemos a esse passado.

Ainda há aqueles que querem que as emendas entrem em vigor imediatamente, querem já, talvez nem queiram que o projeto passe pelo Congresso Nacional, queiram que o Presidente baixe um novo Ato. Porém, esses se esquecem dos longos anos que transcorreram e de como as nossas instituições só podem evoluir por um processo gradual e seguro, como tenho preconizado. Processo em que a imaginação criadora dos políticos tem que funcionar. As formas do queremos já são do passado. Hoje, não queremos já, queremos construir, queremos fazer uma obra produtiva que valha e que na prática produza resultados. Somos, pois, contra todo e qualquer açodamento. Devemos realizar essas reformas através dos processos normais de aprovação pelo Congresso Nacional, na sua devida oportunidade.

Há, finalmente, aqueles que não querem nunca, que não querem reformas, seja porque tenham permanente ponto de vista de oposição, seja porque

querem perturbar, querem difamar, querem conspirar, querem subverter a vida da Nação.

Mas há a grande maioria do povo, que, acredito, queira as reformas. Entre esses, os que não querem, os que querem mais, os que querem já, os que não querem nunca, são uma minoria. A massa do povo brasileiro, consciente, vai aprovar e vai aplaudir essas reformas que hoje vêm a mim, através da ARENA. É claro que para sua aprovação vamos encontrar dificuldades. Não devemos menosprezá-las nem devemos esmorecer face à intensidade com que elas se nos apresentarem. Devemos nos preparar para o bom combate, devemos nos unir, e o Governo conta com a ARENA, espera que toda a ARENA apóie essas reformas, como espera que a Oposição consciente também venha trazer o seu apoio. Porque só assim nós cumprimos os compromissos, as responsabilidades, que temos perante a Nação. Por fim, devo dizer-lhes que, ao contrário do que muitos dizem, pensam, desejam ou sonham, essas reformas, com a eliminação dos atos de exceção, não significam a eliminação, ou a conclusão, ou o término da nossa Revolução. A Revolução continuará, ela não se caracteriza pelas medidas de repressão que foram necessárias adotar contra a guerrilha, contra o terrorismo ou contra a subversão. O que caracteriza a nossa Revolução é a extraordinária obra que se realizou neste País desde 1964, de lá até o dia de hoje, obra de todos os Governos revolucionários — de Castello Branco, Costa e Silva, Médici e minha — com o apoio decidido do povo brasileiro, através

da sua expressão política, que é o nosso Partido, obra que é universalmente reconhecida e que só não querem ver ou não querem reconhecer aqueles que querem viver na cegueira.

A Revolução vai continuar. O seu ideário está no espírito e na ação daqueles que fizeram a Revolução e de todos aqueles que a ela se incorporaram, e o seu objetivo permanece. Queremos, com paz e com ordem, e repelindo as ideologias exóticas, dar ao País um desenvolvimento pleno, desenvolvimento cuja finalidade é, em essência, o bem-estar de nosso povo. Muito obrigado.